



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE  
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

## Trabalho de Conclusão

### Habitação para o Centro Histórico de Salvador, Vivo e Plural:

Subsídios Socioambientais para o alcance do  
desenvolvimento territorial sustentável

*Kézia Damazio Neves, Arquiteta e Urbanista - Profissional Residente*

*Heliana Faria Mettig Rocha, Arqt<sup>a</sup>.Prof<sup>a</sup>. Dra – Tutora*

*Akemi Tahara, Arqt<sup>a</sup>.Prof<sup>a</sup>.Me – Co-Tutora*

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA

Dezembro de 2018

## **CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

### **Autoria:**

Kézia Damazio Neves, Arquiteta e Urbanista - Profissional Residente

Heliana Faria Mettig Rocha, Arqt<sup>a</sup>.Prof<sup>a</sup>. Dra - Tutora

Akemi Tahara, Arqt<sup>a</sup>.Prof<sup>a</sup>.Me - Co-Tutora

### **Colaboração:**

Ana Luiza Teixeira Silva - Arquiteta e Urbanista

Nayara Suíla Santiago Sacramento - Arquiteta e Urbanista

Umberto Violatto Sampaio - Arquiteto e Urbanista

Viviane de Jesus Conceição Santos - Assistente Social

### **Consultoria:**

Adriana Campelo – Diretora de Resiliência de Salvador, Bahia (Secretaria de Cidade Sustentável de Salvador)

### **Apoio:**

CONSEG - Conselho Comunitário Social e de Segurança Pública do CHS

Prefeitura Bairro Centro / Brotas

AMACH - Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador

ONG Canta Pelourinho

MDMT - Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho

**SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**Data: 07 de novembro de 2018**

**Local: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA**

**Residente: Kézia Damazio Neves**

**Título: Centro Histórico de Salvador, Vivo e Plural: Subsídios Socioambientais para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável.**

**Membros da Banca:**

***Tutor(a): Arqta. Profa. Dra. Heliana Faria Mettig Rocha***

***Co-Tutor(a): Arqta. Profa. Me. Akemi Tahara***

***Membro Interno: Arqta. Profa. Me. Teresa Maria Moura Freire***

***Membro Externo: Arqta. Me. Maria de Lourdes Costa Souza***

**Representantes da Comunidade: Gilberto dos Santos Cruz**

## RESUMO

Este trabalho, com foco em estudos e propostas no âmbito socioambiental, faz parte de um conjunto de trabalhos desenvolvidos pela Equipe de Residentes do curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, UFBA, a partir da assistência prestada aos moradores do Casarão nº 18 (Ocupação MDMT), na Ladeira da Praça, Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil, junto ao Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT). A abordagem deste trabalho se volta para um dos temas centrais das cidades brasileiras e, sobretudo, da cidade de Salvador: a habitação vista a partir do direito à cidade, que corresponde, ao acesso a uma cidade socialmente justa, ambientalmente equilibrada, economicamente viável, capaz de possibilitar maior qualidade de vida para os seus habitantes. Assegurar este direito, ainda é uma tarefa bastante desafiadora para as esferas políticas e sociais, uma vez que as cidades brasileiras começam a enfrentar crescentes problemas urbanos, muitas vezes associados aos desequilíbrios ambientais, refletindo na economia, na saúde, no acesso a recursos básicos para a sobrevivência humana, como água, alimentos, energia, contribuindo para o aumento da pobreza e maiores crises sociais. Neste contexto, este trabalho tem o propósito em auxiliar no processo de planejamento urbano do Centro Histórico, tendo em vista a dimensão socioambiental, buscando gerar subsídios para o alcance de um território socialmente justo, inclusivo, seguro, resiliente e sustentável.

**Palavras-chave:** *desenvolvimento territorial sustentável, Centro Histórico de Salvador, subsídios socioambientais.*

## **ABSTRACT**

This work, focused on studies and proposals in the socio-environmental scope, is part of a set of works developed by the Residents Team of the Specialization Course in Technical Assistance, Housing and Right to the City, UFBA, based on the assistance given to the residents of House nº 18 (MDMT Occupation), in Ladeira da Praça, Historical Center of Salvador, Bahia, Brazil, together with the Movement in Defense of Housing and Labor (MDMT). The approach of this work turns to one of the central themes of Brazilian cities and especially the city of Salvador: housing based on the right to the city, which corresponds to access to a socially just, environmentally balanced, economically viable city, capable of enabling a better quality of life for its inhabitants. Ensuring this right is still a very challenging task for the political and social spheres, as Brazilian cities are beginning to face increasing urban problems, often associated with environmental imbalances, reflecting on the economy, health, access to basic resources for human survival, such as water, food, energy, contributing to increased poverty and further social crises. In this context, this work has the purpose of assisting in the process of urban planning of the Historic Center, considering the socio-environmental dimension, seeking to generate subsidies for the achievement of a socially just, inclusive, secure, resilient and sustainable territory.

**Key words:** *sustainable territorial development, Historic Center of Salvador, socioenvironmental subsidies.*

## **LISTA DE SIGLAS**

CAS - Centro Antigo de Salvador. Abrange onze bairros: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio, e Santo Antônio

CHS - Centro Histórico de Salvador

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CONSEG - Conselho Comunitário Social e de Segurança Pública do Centro Histórico de Salvador

DIRCAS - Diretoria do Centro Antigo de Salvador

FMLF - Fundação Mario Leal Ferreira

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOUOS - Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador

MDMT - Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho

OCUPAÇÃO MDMT - Ocupação localizada no Casarão nº 18, na Ladeira da Praça, Centro Histórico, Salvador / Bahia

PEV - Ponto de Entrega Voluntária de Material Reciclável

PHIS - Programa Habitacional de Interesse Social

PROHABIT - Programa Habitacional do Servidor Público

SECULT - Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador

SECIS - Secretária da Cidade Sustentável e Inovação de Salvador

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>5. Subsídios Socioambientais para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável</b>	
5.1 Introdução .....	8
5.2 Objetivo geral .....	9
5.3 Objetivos específicos .....	9
5.4 Justificativa no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados e diagnósticos	
5.4.1. Justificativa .....	9
5.4.2. Conceituações .....	10
5.4.3. Metodologia de Trabalho .....	12
5.4.4. Análise dos Planos, Projetos e Programas voltados para o CHS na perspectiva do alcance do desenvolvimento territorial sustentável .....	12
5.4.5. Centro Histórico de Salvador, Vivo e Plural .....	17
5.4.6. Análise da Infraestrutura Urbana do Centro Histórico de Salvador .....	19
5.4.7. Análise Urbana Específica e Proposições.....	22
5.5 Detalhamento das Proposições .....	28
5.6 Subsídios Financeiros para Implantação das Proposições .....	29
<b>6. Viabilidade institucional, econômica e financeira</b>	
6.1 Possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas.....	35
<b>7. Cronograma previsto .....</b>	<b>35</b>
<b>8. Equipe Técnica e Orçamento Previsto .....</b>	<b>36</b>
<b>9. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>38</b>
<b>10. Anexos .....</b>	<b>40</b>

## 5. Subsídios Socioambientais para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável

### 5.1. Introdução

Este eixo de trabalho, com foco em estudos e propostas no âmbito socioambiental, faz parte de um conjunto de trabalhos desenvolvidos pela Equipe de Residentes do curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, UFBA, a partir da assistência prestada aos moradores do Casarão nº 18 (Ocupação MDMT), na Ladeira da Praça, Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil, junto ao Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT). A Equipe Multidisciplinar da 3ª edição do Programa de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU + E) é composta por 4 Arquitetos e Urbanistas e 1 Assistente Social.

Este trabalho aborda um dos temas centrais das cidades brasileiras e, sobretudo, da cidade de Salvador: a habitação vista a partir do direito à cidade, que corresponde, ao acesso a uma cidade socialmente justa, ambientalmente equilibrada, economicamente viável, que seja capaz de possibilitar maior qualidade de vida para os seus habitantes. Uma vez que a área de estudo se insere em uma ZEIS, traz maior relevância para este trabalho buscar maneiras de alcançar a sustentabilidade integral, a partir de um equilíbrio dinâmico entre as escalas social, econômica, cultural e ambiental.

É possível entender a demarcação de uma ZEIS, como instrumento de planejamento urbano, fruto de um longo processo social que culminou na sua inserção na Constituição Federal e posterior inclusão no PDDU de Salvador. Sua função busca a inserção socioespacial no âmbito do direito à cidade.

Garantir esse direito, ainda é uma tarefa bastante desafiadora para as esferas políticas e sociais, uma vez que as cidades brasileiras começam a enfrentar cada vez mais problemas urbanos, que muitas vezes estão associados aos desequilíbrios ambientais, refletindo na economia, na saúde, no acesso a recursos básicos para a sobrevivência humana, como água, alimentos, energia, contribuindo para o aumento da pobreza e maiores crises sociais.

Tendo em vista o levantamento dos planos, programas e projetos vigentes em Salvador, em 2018, no âmbito do *desenvolvimento urbano sustentável*, como também específicos para o Centro Histórico, este trabalho apresenta uma análise de como as ações estão sendo implementadas e quais deficiências urbanas ainda são expressivas na área de estudo. São indicadas formas de fortalecer a permanência dos moradores nessa região da cidade de Salvador, de ampla riqueza histórica, cultural, onde se concentra uma diversidade de



equipamentos urbanos públicos, de toda sorte de serviços, oportunidades de trabalho, e sobretudo, onde resiste o direito à moradia.

## **5.2. Objetivo geral**

Contribuir com estudos urbanos em prol de condições ambientais mais satisfatórias para a permanência dos moradores no Centro Histórico de Salvador, de forma a identificar os desafios e potencialidades do espaço, assim como das práticas locais, visando contribuir para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável na ZEIS CHS nº 163.

## **5.3. Objetivos específicos**

- Avaliar os planos, programas e projetos voltados para o Centro Histórico na temática da Sustentabilidade Urbana, a fim de encontrar elementos que possam apoiar as propostas específicas que emergirem deste trabalho;
- Analisar a infraestrutura urbana do Centro Histórico, no âmbito da ZEIS CHS nº 163, a fim de não somente discutir problemáticas, como também propor ações ou diretrizes que possam contribuir para o equilíbrio das condições urbanístico ambientais;
- Mapear atividades existentes entre os moradores da região ZEIS CHS nº 163, sob a perspectiva socioambiental, a fim de reconhecer desafios e potencialidades para fortalecê-las;
- Indicar a viabilidade financeira das propostas emergentes, possíveis apoiadores institucionais e fundos de fomento.

## **5.4. Justificativa no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados e diagnósticos**

### **5.4.1. Justificativa**

O trabalho de assistência técnica prestada pela Equipe de Residentes aos moradores da Ocupação MDMT, constatou a necessidade de ampliar a atuação para além deste grupo, abrangendo os demais moradores da ZEIS CHS nº 163, a fim de melhor compreender a realidade urbana desta área, seus desafios e potencialidades. Desta forma, os estudos voltados para o eixo socioambiental começam a ter início, quando se entende que a moradia digna citada na Constituição (1988) está para além da habitação, incluindo o direito à cidade, que abrange o acesso as redes de infraestrutura urbana, como transporte, acessibilidade, saneamento básico,

espaços verdes, espaços de lazer, equipamentos de saúde, educação e cultura, assim como oportunidades para geração de trabalho e renda.

Uma vez que os estudos se concentram em uma ZEIS, traz maior relevância a este trabalho, pensar em formas de fortalecer a permanência dos moradores desta área, a partir da compreensão das problemáticas sociais, econômicas e ambientais que podem vir a agravar-se e induzir a evasão de tal população. As pesquisas relacionadas aos aspectos socioambientais do Centro Histórico enfatizam as atuais condições urbanas de infraestrutura, identificando as atividades desenvolvidas pelos moradores que podem potencializar o desenvolvimento sustentável local. Nesse sentido, são apresentadas propostas específicas demandadas pela área.

Este trabalho visa auxiliar no processo de planejamento urbano do Centro Histórico, tendo em vista a dimensão socioambiental, através de uma leitura técnico-participativa, a fim de contribuir para uma leitura objetiva das potencialidades e deficiências da área, visando gerar subsídios para o alcance de um território socialmente justo, inclusivo, seguro, resiliente e sustentável.

#### **5.4.2. Conceituações**

Esta seção considera definições e conceitos abordados neste trabalho, buscando maior compreensão das temáticas relacionadas a sustentabilidade integral, vista a partir do equilíbrio de quatro escalas: social, econômica, cultural e ambiental. Abaixo, o conceito dessas escalas aparece detalhado:

- Escala social: consiste em considerar as relações sociais de um determinado indivíduo ou grupo, sua inserção, aspectos de gênero, etnia, capacidades e vocações;
- Escala econômica: consiste em considerar aspectos relacionados às formas de subsistência humana relacionado ao trabalho e renda, envolvendo atividades formais e informais;
- Escala cultural: consiste em considerar aspectos relacionados a história, memória, valores, práticas e costumes;
- Escala ambiental: consiste em considerar aspectos relacionados aos recursos naturais, ou seja, elementos capazes de dar suporte a vida humana, como vegetação, ar, água, solo, assim como de infraestrutura urbana, como habitação, mobilidade, saneamento básico, uso de tecnologias sustentáveis e etc.

No entanto, deve-se considerar que, quando se trata das dimensões urbanas, refere-se a três escalas distintas, a micro urbana, a meso urbana e a macro urbana, segundo a seguinte definição para o Centro Histórico:

- Escala micro urbana: considera as relações e atividades humanas na área de estudo, a partir de um indivíduo ou da visão deste, no aspecto social, econômico, cultural e ambiental;
- Escala meso urbana: considera as relações e atividades humanas existentes a partir da poligonal da ZEIS CHS nº 163, de uma visão de grupo. A escala meso urbana também poderá fazer menção a infraestrutura urbana desta zona;
- Escala macro urbana: considera de forma ampla, a partir da poligonal do Centro Histórico, as relações e atividades humanas existentes, assim como a infraestrutura urbana da área.

Uma vez conceituadas essas escalas, parte-se para a definição do conceito para o termo “Vivo e Plural”, base para a elaboração dos diagnósticos e propostas. Quando se aborda o Centro Histórico como Vivo e Plural, se considera, dentro das escalas social, econômica, cultural e ambiental, o que é expressivo, rico, diverso, relacionado ao patrimônio arquitetônico, histórico, cultural e humano, neste último, considerando também práticas com potenciais de gerar possíveis transformações urbanas.

Por último, a partir de uma visão abrangente é possível conceituar o que significa para a área alcançar o desenvolvimento territorial sustentável. O termo “desenvolvimento” pode ser traduzido como crescimento contínuo de algo ou de alguém. Já o termo “sustentável” pode significar algo que se pode sustentar, que tem condições de se manter de maneira equilibrada.

Quando esses conceitos são unidos em uma visão urbana, considerando as escalas social, econômica, cultural e ambiental, consegue-se entender por desenvolvimento territorial sustentável, formas de elevar os potenciais humanos e espaciais, criando condições que assegurem qualidade de vida a todos, preocupando-se em gerar menor impacto negativo possível no meio ambiente. Uma abordagem assim, busca abranger em suas visões, propostas que sejam socialmente justas, economicamente viáveis, culturalmente diversificadas e ambientalmente equilibradas.

### 5.4.3. Metodologia de Trabalho

A metodologia para este trabalho buscou congregar não apenas análises urbanas em campo, como também, conversas com diversos atores sociais da área, como a população local, associação de moradores, conselho comunitário, organizações não governamentais (ONGS) e instituições públicas. Também se tornou necessário a leitura de materiais de referência relacionados a reabilitação de centros urbanos, planos, projetos e programas voltados para o Centro Histórico de Salvador, assim como relacionados a sustentabilidade ambiental.

Abaixo encontra-se resumido a metodologia de trabalho:

- Análise dos Planos, Projetos e Programas no Eixo Socioambiental para Salvador e CHS com foco no Desenvolvimento Urbano Sustentável
- Pesquisas de Campo com Moradores, Conselho Comunitário, Prefeitura Bairro, Ongs e Associação de Moradores
- Busca por Referencial Teórico
- Síntese dos Problemas e Potenciais encontrados na Área
- Roda de Conversas com Moradores da Ladeira da Praça
- Consulta à Órgãos Públicos
- Elaboração de Proposições
- Pesquisa por Fomento e Apoios Institucionais

### 5.4.4. Análise dos Planos, Projetos e Programas voltados para o CHS na perspectiva do alcance do desenvolvimento territorial sustentável

A análise das iniciativas voltadas para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável no Centro Histórico de Salvador, terá a finalidade de não somente prover respaldo técnico e jurídico para subsidiar as propostas que emergirão deste trabalho, como também, a de fornecer elementos para instrumentalizar a luta pelo alcance do direito à cidade, de um território ambientalmente equilibrado e propício à vida, em todas as suas formas. Para aprofundar o entendimento sobre as potencialidades e desafios para esta área é necessário compreender o contexto das intervenções e seus marcos históricos.

Para uma melhor compreensão sobre o processo de transformação urbana no Centro Histórico, foram reunidas informações chave, descritas na cronologia a seguir, assim como propostas em vigor em Salvador (2018), no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável.

CRONOLOGIA NO ÂMBITO SOCIOAMBIENTAL - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR/BA			
ANO	ACONTECIMENTO	DESCRIÇÃO	FONTE
1983	Lei Municipal nº 3.289	Cria as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística de Salvador (APCP), definindo como uma delas o Centro Antigo de Salvador (CAS).	<a href="https://cm-salvador.jusbrasil.com.br/legislacao/232852/lei-3289-83">https://cm-salvador.jusbrasil.com.br/legislacao/232852/lei-3289-83</a>
1984	Tombamento do Centro Histórico de Salvador pelo IPHAN	Ato administrativo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, através da aplicação de legislação específica, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.	Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS
1985	Centro Histórico reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO	É o reconhecimento conferido pela UNESCO sobre a importância única do território para a humanidade e obriga-se a estabelecer salvaguardas para garantir sua preservação para as gerações futuras.	<a href="http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/241">http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/241</a>
1992	Início do Programa de Recuperação do CHS	O programa tinha foco em atender a demanda turística, transformando grande parte da área a ser recuperada em um "shopping ao ar livre". Dividido em 7 etapas de execução, o programa expulsou grande parte dos moradores antigos da região, de situação econômica vulnerável e majoritariamente negros, contribuindo ainda mais para o esvaziamento e degradação da zona.	Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS
2001	Estatuto das Cidades Lei nº10.257/2001	Traz como diretriz da política urbana a <i>"garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações."</i>	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm</a>
2008	PDDU Lei nº 7.400/2008	Traz como princípio da política urbana, o direito a cidade sustentável, que é aquela que <i>"propicia o desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando a garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras."</i>	<a href="http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%207.400-08.pdf">http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%207.400-08.pdf</a>
2010	Lançamento do Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS	Construído em 2 anos e meio (2008 - 2010) com foco nos eixos social, econômico, urbanístico-ambiental, cultural e institucional.	Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS
2014	Lançamento do Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS - Avanços	Visou apresentar uma avaliação sobre as ações ocorridas no período de implantação do Plano de Reabilitação, realizando uma revisão dos processos e seus avanços.	Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS - Avanços
2012 a 2015	O Estado da Bahia firmou um Acordo de Cooperação com o PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento)	A parceria teve como foco o desenvolvimento de 5 áreas de gestão para fortalecimento da governança, sendo elas: gestão social; gestão econômica; gestão turística, cultural e patrimonial; gestão urbana, territorial e ambiental; gestão institucional com vigência de dezembro de 2012 a dezembro de 2015.	Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS - Avanços
2016	PDDU Lei nº 9.069/2016	As diretrizes contidas no PDDU 2008 relacionadas ao direito a cidades sustentáveis e seus desdobramentos permanecem nesta Lei.	<a href="http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf">http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf</a>

<b>2016</b>	Salvador escolhida para participar do Projeto 100 Cidades Resilientes	A proposta visa melhorar a resiliência urbana de Salvador, com o objetivo de proteger a cidade de estresses crônicos, como mudanças climáticas ou falta de moradias de baixo custo, pobreza ou injustiças sociais.	<a href="http://www.100resilientcities.org/100-cidades-resilientes-lanca-em-salvador-iniciativa-para-implementar-plano-de-resiliencia/">http://www.100resilientcities.org/100-cidades-resilientes-lanca-em-salvador-iniciativa-para-implementar-plano-de-resiliencia/</a>
<b>2017</b>	Lançamento do Programa Salvador 360	Programa lançado pela Prefeitura de Salvador, que consiste em executar 360 ações de impacto positivo para Salvador no período de 4 anos. Possui 8 eixos de trabalho, os quais se destacam para o Centro Histórico: Eixo 04 - Salvador Centro Histórico e Eixo 08 - Salvador Inclusão Econômica.	<a href="http://360.salvador.ba.gov.br/">http://360.salvador.ba.gov.br/</a>

A partir do entendimento dos principais processos de transformação urbana ocorridos no Centro Histórico de Salvador, no âmbito socioambiental, é possível então aprofundar sobre os planos, projetos e programas vigentes nesta área e seus desdobramentos. A seguir, serão analisados o Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do Centro Antigo de Salvador, o Projeto 100 Cidades Resilientes e o Programa Salvador 360. Neste âmbito, serão discutidos os principais benefícios destas iniciativas para o alcance da sustentabilidade urbana nos limites do Centro Histórico e da cidade Salvador, assim como possíveis carências nestas propostas.

<b>ANÁLISE DOS PLANOS, PROJETOS E PROGRAMAS NO ÂMBITO SOCIOAMBIENTAL PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR/BA</b>	
<b>Plano / Projeto / Programa</b>	Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do Centro Antigo de Salvador - CAS
<b>Categoria</b>	Plano Regional
<b>Ano de lançamento</b>	2008
<b>Situação</b>	Vigente
<b>Abrangência</b>	Centro Antigo de Salvador
<b>Responsável pelas ações</b>	CONDER / DIRCAS e Prefeitura de Salvador
<b>Síntese</b>	<p>O Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do CAS lançado em 2010, pelo Governo do Estado da Bahia é norteador das ações voltadas para a requalificação urbana do Centro Histórico de Salvador e seu entorno. A abordagem para a elaboração do Plano tem como premissa a sustentabilidade a partir da integração de quatro dimensões: urbanístico ambiental, econômica, social e institucional.</p> <p>Estas dimensões foram trabalhadas por diferentes consultores, com objetivos específicos, mas também com uma perspectiva de transversalidade. No âmbito urbanístico ambiental, foco deste trabalho, são ressaltadas questões emergenciais da área no período da coleta de informações para a construção do Plano (2008 – 2010), relacionadas principalmente a limpeza urbana, drenagem pluvial, odores, ruídos, além de questões voltadas a acessibilidade e mobilidade urbana.</p>

<p style="text-align: center;"><b>Análise das ações propostas</b></p>	<p>As ações relacionadas a dimensão urbanístico ambiental foram analisadas a partir do <i>Relatório de Propostas para a Sustentabilidade Ambiental do Pelourinho</i>, elaborado em 2008, por consultores deste setor, contendo diagnósticos e proposições para a melhoria urbana da área. Centraram-se nos aspectos da limpeza urbana, com propostas para a implantação de pontos de coleta seletiva e containers; incentivo ao envolvimento de atores sociais da região nas ações relacionadas a reciclagem, a exemplo dos comerciantes locais e moradores; implantação de cooperativas de reciclagem; criação de um Ponto de Entrega Voluntária de Material Reciclável (PEV), localizado na Rua das Flôres, Centro.</p> <p>Neste último aspecto, os moradores seriam incentivados a coletar resíduos recicláveis, entregá-los no PEV e em troca, receberem abatimento nos serviços de energia, consorciado a Coelba. Apesar de haverem propostas relacionadas ao aproveitamento de resíduos sólidos aliados a limpeza urbana da área, não há menção em identificar possíveis práticas individuais ou coletivas no âmbito socioambiental, a exemplo da população que realiza a coleta, reaproveitamento e reciclagem de resíduos para a geração de renda. A partir da identificação de tais práticas, seria possível incluir ações que potencializassem o desenvolvimento socioeconômico da área.</p> <p>Em relação aos espaços verdes, houve a proposição para a implantação de hortas comunitárias na região CAS, em espaços urbanos possíveis, a fim de prover alimento orgânico e incentivo ao cuidado com tais espaços. Porém, não há estudos em relação aos aspectos da cobertura vegetal remanescente na área e seus impactos socioambientais.</p> <p>Outro aspecto do Plano é a não inclusão da habitação como potencial vetor para o alcance do desenvolvimento sustentável. A inclusão de diretrizes que pudessem nortear as construções e inclusão de tecnologias sustentáveis voltadas a reduzir ou otimizar o consumo dos recursos naturais, como água e energia nos programas habitacionais PHIS e PROHABIT, traria benefícios socioeconômicos - uma vez que a população moradora é baixa renda - e ambientais. Dessa maneira, também se estaria pensando em dar melhores condições de permanência aos moradores da área, ao mesmo tempo em que se gera impacto ambiental positivo.</p>
<b>Plano / Projeto / Programa</b>	Projeto 100 Cidades Resilientes
<b>Categoria</b>	Plano Regional
<b>Ano de lançamento</b>	2016
<b>Situação</b>	Em fase de elaboração (2018)
<b>Abrangência</b>	Salvador / BA
<b>Responsável pelas ações</b>	Prefeitura de Salvador - Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação de Salvador (SECIS)
<p style="text-align: center;"><b>Síntese</b></p>	<p>Em 2016, a cidade de Salvador, passou a integrar a rede <i>100 Cidades Resilientes (100RC)</i>, através da Fundação Rockefeller, junto com outras 99 metrópoles mundiais, visando ser capaz de responder e se adaptar de maneira eficaz aos impactos socioambientais agudos que estiverem por vir. Desta maneira, Salvador passa a integrar a comunidade de lideranças que estão sendo preparadas para a promoção da resiliência urbana e assim, tornar-se modelo de cidade resiliente. O objetivo se centra na criação de um Plano de Resiliência que visa abarcar todo o território soteropolitano e suas complexidades sociais, econômicas, culturais e ambientais, com a finalidade de fortalecer suas potencialidades e contornar vulnerabilidades.</p>

<p style="text-align: center;"><b>Análise das ações propostas</b></p>	<p>O Plano de Resiliência de Salvador e os detalhes de execução das propostas ainda se encontram em construção, com previsão de lançamento em meados de dezembro de 2018. Neste Plano são trabalhados estrategicamente quatro eixos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Economia resiliente - visa gerar estratégias para o fortalecimento da economia formal e informal;</li> <li>2) Ecossistemas sociais e inovadores - visa trabalhar a conexão entre o poder público, instituições e população, com vistas ao empoderamento da população mais vulnerável socialmente, buscando tornar a cidade mais inclusiva;</li> <li>3) Transformação urbana inteligente - visa focar nas áreas relacionadas a economia circular, mobilidade, conectividade, mudanças climáticas, prevenção de riscos, ocupações precárias e inovação para a sustentabilidade;</li> <li>4) Salvador informada e governança inovadora - visa trabalhar formas de organizar os dados da cidade para que as políticas públicas sejam definidas com base em necessidades reais e na realidade local.</li> </ol>
<p><b>Plano / Projeto / Programa</b></p>	<p>Programa Salvador 360</p>
<p><b>Categoria</b></p>	<p>Ações</p>
<p><b>Ano de lançamento</b></p>	<p>2017</p>
<p><b>Situação</b></p>	<p>Em fase de implantação (2018)</p>
<p><b>Abrangência</b></p>	<p>Salvador / BA</p>
<p><b>Responsável pelas ações</b></p>	<p>Prefeitura de Salvador</p>
<p style="text-align: center;"><b>Síntese</b></p>	<p>O Programa é constituído por 360 ações de impacto para Salvador, com execução em quatro anos e distribuídas em oito eixos de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eixo 01 - Salvador 360 Simplifica: pretende tornar mais ágil e fácil a instalação de empreendimentos e serviços na capital baiana;</li> <li>• Eixo 02 - Salvador 360 Negócio: visa atrair e potencializar empreendimentos;</li> <li>• Eixo 03 - Salvador 360 Investe: visa investir em infraestrutura;</li> <li>• Eixo 04 - Salvador 360 Centro Histórico: visa fortalecer a economia da região;</li> <li>• Eixo 05 - Salvador 360 Cidade Inteligente: visa contribuir para o desenvolvimento econômico pautado em tecnologia;</li> <li>• Eixo 06 - Salvador 360 Cidade Criativa: visa estimular a economia criativa;</li> <li>• Eixo 07 - Salvador 360 Cidade Sustentável: foca em ações voltadas a alcançar a sustentabilidade e resiliência;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eixo 08 - Salvador 360 Inclusão Econômica: visa potencializar a economia informal.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Análise das ações propostas</b></p>	<p>O Programa encontra-se em fase de implantação, porém já realizou mais de 100 ações das 360 previstas até o presente momento (2018). É possível destacar dois eixos que se aplicam diretamente ao Centro Histórico, que são:</p> <p><b>Eixo 04 - Salvador 360 Centro Histórico:</b> O objetivo deste eixo é impulsionar a economia da área, uma vez que a mesma é bastante atrativa para o turismo. Terá foco em melhorar a mobilidade urbana, com a requalificação do Plano Inclinado Gonçalves e o Elevador Lacerda, além de melhorias das vias de circulação de pedestres e veículos. Também integram a este eixo o Programa Revitalizar, que estimula a reocupação dos imóveis abandonados na região e o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI) com estímulo a investimentos por meio de benefícios fiscais para a implantação, reforma e ampliação de empreendimentos.</p> <p><b>Eixo 08 - Salvador 360 Inclusão Econômica:</b> O objetivo deste eixo é estimular o empreendedorismo e dinamizar o trabalho informal, por meio da oferta de microcrédito e também da capacitação profissional. Também terá como principais ações a regulamentação de imóveis em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o Programa Especial de Recuperação Fiscal (REFIS) que possibilita a um pequeno empreendedor, por exemplo, implantar um negócio dando o próprio imóvel como garantia para obter um financiamento.</p> <p>Uma vez que o Programa Salvador 360 se volta para as ZEIS do Centro Antigo de Salvador, que se somam em sete, possibilita que melhores condições urbanas sejam alcançadas nesta região da cidade.</p>

Tendo em vista que as propostas analisadas possuem como diretriz o alcance do desenvolvimento territorial sustentável para a cidade de Salvador, torna possível que as proposições no âmbito socioambiental, emergentes deste trabalho, possam ser alcançadas de maneira gradativa, uma vez as mesmas se alinham com tais propostas.

#### **5.4.5. Centro Histórico de Salvador, Vivo e Plural**

A abordagem para esta seção irá considerar os aspectos latentes nas escalas social, econômica, cultural e ambiental, já conceituadas no item 5.4.2, voltados especificamente para a ZEIS CHS nº 163. A partir das análises, conversas com moradores da área e acesso a materiais de referência, foram gerados dois mapas que possibilitam a leitura das potencialidades identificadas no território, no período do trabalho de campo.

No processo de elaboração do Mapa Vivo e Plural escala ambiental, considerou-se aspectos relacionados às condições de meio ambiente na área de estudo, como a cobertura vegetal remanescente, que ainda sobrevive mesmo nas ruínas existentes, o cultivo de vegetação por moradores, assim como práticas socioambientais que contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável da região, como a coleta, separação, reaproveitamento de resíduos

recicláveis e a venda dos mesmos em cooperativas de reciclagem (ver anexo 01 – localização das cooperativas de reciclagem). Neste mapa também foi pensado em detectar tecnologias introduzidas pelos moradores da zona em suas edificações, a fim de gerar maior economia financeira a partir do menor uso de recursos naturais.

No processo de elaboração do Mapa Vivo e Plural escalas social, econômica e cultural foram consideradas os aspectos relacionados as atividades de subsistência realizadas pelos moradores, a fim de contornar as dificuldades econômicas, uma vez que são do perfil baixa renda (0-3 salários mínimos), assim como, equipamentos emergentes que dão suporte social a população local. É possível destacar para este último, a Ocupação MDMT, como um local que consegue prover a população do Centro, o acesso a atividades gratuitas, como cursos / capacitações de costura, tear, informática, libras, além de eventos culturais que reúnem música, poesia, pequenas feiras de artesanato, dentre outros.

Todos os dados mapeados no período de trabalho de campo – entre agosto e setembro de 2018 - não representam a totalidade de atividades ou práticas existentes na zona, uma vez que o trabalho se limita a este período de análise. Porém, foi possível minimamente identificar o potencial social, econômico, cultural e ambiental desta região da cidade, para a partir de então, pensar em possíveis desdobramentos que venham a potencializar esses campos e gradativamente alcançar o maior desenvolvimento sustentável da região.

A seguir podem ser vistos na sequência, o Mapa Vivo e Plural escala ambiental e o Mapa Vivo e Plural escalas social, econômica e cultural.

## LEGENDA

-  Poligonal ZEIS nº 163
-  Ocupação MDMT
-  Vegetação nas ruínas
-  Vegetação existente
-  Hostel Hospeda Salvador



MAPA VIVO E PLURAL: ESCALA AMBIENTAL - ZEIS CHS Nº 163

Uso de Tecnologia para  
captação de águas pluviais

Fonte: RELATÓRIO CONSULTORIA ZEIS 2013-2016, PDDU 2016,  
LOUOS 2016, EQUIPE RAU+E 2018, BASE GOOGLE EARTH

**Observação:** Os registros contidos neste mapa sobre o cultivo de vegetação por moradores não representam a totalidade da área. Devido ao período limitado do trabalho em campo (agosto a setembro de 2018), não foi possível realizar mais registros desta categoria.

**Conclusão:** Devido a aridez da área, os próprios moradores tentam equilibrar a falta de vegetação através do cultivo das mesmas em suas próprias moradias ou em comércio mistos. A vegetação remanescente é encontrada em maior quantidade nas ruínas e em áreas institucionais, como é visto neste mapa. A falta de vegetação influencia no conforto térmico da área, elevando o consumo de recursos naturais para compensar tal desequilíbrio.



Elaborado por Kézia Damazio Neves  
Residente do Curso de Especialização em Assistência Técnica,  
Habitação e Direito à Cidade - UFBA





#### 5.4.6. Análise da Infraestrutura Urbana do Centro Histórico de Salvador

Esta seção irá abordar sobre os aspectos da infraestrutura urbana do Centro Histórico de Salvador, com maior foco na ZEIS CHS nº 163. Para gerar esta análise foi necessário a realização de visitas em campo, além consultas aos moradores locais e demais atores sociais. De maneira complementar a este estudo, foi necessário a leitura de materiais relacionados aos aspectos urbanísticos ambientais da área.

As abordagens foram divididas em quatro escalas: ambiental, social, econômica e cultural. Para a maior compreensão dos aprofundamentos adiante, foi necessário a conceituação dos temas abordados nas análises deste trabalho, encontrando-se descritos a seguir:

CONCEITOS	
TEMA	DEFINIÇÕES / ABRANGÊNCIA
<b>Moradias Economicamente Viáveis</b>	Refere-se ao padrão construtivo adotado para as moradias localizadas na ZEIS CHS nº 163, considerando também o seu conforto térmico (ventilação e iluminação adequada) e viabilidade econômica para manutenção das mesmas.
<b>Transporte Público</b>	Refere-se as linhas de ônibus que atendem a região Centro Histórico, assim como transportes verticais existentes (elevadores e planos inclinados).
<b>Acessibilidade</b>	Refere-se as condições de conservação das vias de pedestres na ZEIS CHS nº 163, considerando conforto e segurança que estas proporcionam, de forma a atender principalmente às pessoas com necessidades especiais, como idosos, gestantes, deficientes e etc.
<b>Saneamento Básico</b>	Refere-se a presença e eficiência dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem de águas pluviais na região Centro Histórico.
<b>Coleta Seletiva</b>	Refere-se não somente a presença de pontos de coleta de resíduos sólidos e orgânicos - papel, plásticos, latas, vidros, óleos de cozinha, restos de alimentos e etc - como também ao incentivo local para a separação dos mesmos a partir das moradias ou estabelecimentos comerciais.
<b>Reuso / Reciclagem por Moradores</b>	Refere-se as atividades realizadas por moradores da ZEIS CHS nº 163, com a finalidade de reaproveitar resíduos recicláveis para a geração de renda, como a troca em cooperativas de reciclagem, assim como a transformação dos mesmos em novos materiais.
<b>Hortas</b>	Refere-se aos espaços individuais ou coletivos de plantio para produção alimentícia, podendo ser em quintais, lajes, paredes, terrenos baldios, como também em pequenas superfícies, como em vasilhinhos, latas e demais.
<b>Vegetação</b>	Refere-se a toda cobertura vegetal existente na região Centro Histórico, englobando desde espaços gramados, plantios individuais, até espécies que proporcionem sombreamento.
<b>Implantação de Tecnologias Sustentáveis</b>	Refere-se aos sistemas que geram economias de recursos naturais e financeiros, como: Sistema de captação de águas das chuvas/pluviais, Teto solar (uso de energia solar), Dispositivos economizadores de água e energia (torneiras com acionamento rápido, lâmpadas led) e etc.

<b>Conforto Térmico Ambiental</b>	Refere-se a sensação térmica nos espaços públicos, considerando materiais aplicados nesses espaços e cobertura vegetal. A abrangência dessa análise engloba a ZEIS CHS nº 163 e seu entorno.
<b>ESCALA SOCIAL</b>	<b>DEFINIÇÕES / ABRANGÊNCIA</b>
<b>Educação</b>	Refere-se aos equipamentos de ensino infantil, fundamental e médio inseridos na região Centro Histórico.
<b>Lazer</b>	Refere-se aos espaços de convívio comunitário que possam atender desde crianças até idosos localizados na ZEIS nº 163.
<b>Segurança</b>	Refere-se aos postos de atendimento policial e proteção civil 24h localizados no Centro Histórico.
<b>Saúde</b>	Refere-se aos equipamentos de saúde como postos, UPAs, clínicas e etc, localizados no Centro Histórico.
<b>ESCALA ECONÔMICA</b>	<b>DEFINIÇÕES / ABRANGÊNCIA</b>
<b>Pequenos Comércio</b>	Refere-se ao comércio formal como padarias, lanchonetes, hosteis, barbearia e etc, localizados na ZEIS nº 163.
<b>ESCALA CULTURAL</b>	<b>DEFINIÇÕES / ABRANGÊNCIA</b>
<b>Equipamentos Culturais</b>	Refere-se aos organismos de incentivo à cultura, podendo ser institucional, como também espaços informais onde ocorrem eventos abertos para a comunidade voltado para o incentivo cultural, como artes, música, dança, culinária e etc, localizados no Centro Histórico.

<b>DIAGNÓSTICO TÉCNICO PARTICIPATIVO - CENTRO HISTÓRICO / ZEIS Nº 163</b>				
<b>ESCALA AMBIENTAL</b>	<b>DEFICIENTE</b>		<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>FONTE</b>
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		
<b>Moradias Economicamente Viáveis</b>	X		Os imóveis provenientes do Programa Habitacional de Interesse Social (PHIS) apresentam patologias, a exemplo de mofo e rachaduras, devido à má qualidade dos materiais empregados nessas construções e técnicas construtivas. Possuem ventilação e iluminação deficientes nos cômodos, uma vez que parte das moradias são iluminadas e ventiladas por meio de poços. Há problemas também nas instalações hidrossanitárias e elétricas. Estes problemas estruturais acabam gerando desconfortos para os moradores na busca de soluções para tais.	Autora e Perícia Popular - Edição 2017
<b>Transporte Público</b>		X	Há uma boa distribuição de linhas de ônibus na localidade, atendendo a maioria dos bairros da cidade, como também, a existência de transportes verticais, buscando conectar a região com o seu entorno. Porém, os moradores carecem de um transporte que possa conectá-los com a região Santo Antônio, uma vez que necessitam fazer o trajeto atualmente a pé e não há transporte que os conecte diretamente com a localidade.	Autora e Davi Costa - Presidente da CONSEG

<b>Acessibilidade</b>	X		As vias voltadas para pedestres apresentam mau estado de conservação, trechos quebrados, descontínuos e com dimensões insuficientes para transitar, tornando-se inseguros e passíveis de provocar acidentes. O estacionamento de veículos nos passeios é frequente em quase todo o território, convertendo-se em um obstáculo para os transeuntes. Há a necessidade de requalificação das ruas de maneira geral, incluindo vias de veículos e pedestres, assim como adaptação destes espaços para pessoas com necessidades especiais.	Autora
<b>Saneamento Básico</b>		X	O saneamento básico é satisfatório no Centro Histórico. Pode-se destacar a coleta de resíduos, que ocorre diariamente, entre 2 e 3 vezes no mesmo dia.	Davi Costa - Presidente da CONSEG
<b>Coleta Seletiva</b>	X		Não há pontos de coleta seletiva na localidade. É necessário primordialmente, a introdução de um Trabalho de Educação Ambiental, voltado a conscientização da população local, quanto ao manejo adequado dos seus resíduos, assim como, do valor agregado nos mesmos.	Autora e Moradores
<b>Reuso / Reciclagem</b>	X		Os resíduos recicláveis são aproveitados para geração de renda por alguns moradores da área, através da troca dos mesmos em cooperativas de reciclagem da redondeza, como também para confecção de artesanatos ou para uso doméstico. Porém, a área carece de pontos de coleta específico para apoiar essas atividades, assim como o incentivo aos moradores que não reusam ou reciclam tais, separarem para benefício dos vizinhos envolvidos nessas ações.	Autora e Moradores
<b>Hortas</b>	X		Até o momento da coleta de dados, não se constatou a presença de hortas coletivas na região, porém, não se anula a possibilidade de existência de hortas individuais de pequeno porte em algumas moradias.	Autora
<b>Vegetação</b>	X		A região é bastante árida, não havendo vegetação suficiente que proporcione sombreamento e até mesmo a diminuição da temperatura local em épocas de calor.	Autora
<b>Implantação de Tecnologias Sustentáveis</b>	X		Até o momento da coleta de dados foi constatado a presença de um sistema de captação de águas pluviais em um comércio hoteleiro, no Hostel Hospeda Salvador.	Autora e Davi Costa / Presidente da CONSEG
<b>Conforto Térmico Ambiental</b>	X		O conforto térmico na área é insatisfatório, uma vez que faltam espaços de sombreamento e vegetações. Os materiais aplicados na pavimentação da área, especificamente nas calçadas e em algumas vias para veículos, contribuem para o aumento da temperatura local.	Autora
<b>ESCALA SOCIAL</b>	<b>DEFICIENTE</b>		<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>FONTE</b>
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		
<b>Educação</b>	X		A área possui unidades públicas de educação que conseguem atender desde o maternal até o ensino médio, porém, carece de creches de período parcial ou integral.	Moradores

<b>Lazer</b>	X		Apesar de haver grandes espaços abertos de lazer para o turismo, há a necessidade por espaços voltados a população de moradores da área, que contemplem desde crianças até idosos.	Moradores
<b>Segurança</b>		X	Há um bom policiamento na área, com segurança 24 horas nas ruas e a presença de unidades públicas de proteção civil como o 18º Batalhão, Deltur, GAT e Juizado de menores.	Moradores
<b>Saúde</b>		X	A área é bem favorecida com equipamentos de saúde, como postos, upas e um centro de atendimento psicossocial (Caps).	Moradores
<b>ESCALA ECONÔMICA</b>	<b>DEFICIENTE</b>		<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>FONTE</b>
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		
<b>Pequenos Comércio</b>	X		Há carência por pequenos comércios voltados a atender os moradores da área, como padarias, mercadinhos, farmácias, dentre outros. Os moradores necessitam deslocar-se para fora do bairro, para ir ao encontro de tal comércio, uma vez que a atividade comercial do CHS é voltada para o turismo, onde os preços dos produtos não condizem com a realidade financeira da população local (baixa renda).	Moradores
<b>ESCALA CULTURAL</b>	<b>DEFICIENTE</b>		<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>FONTE</b>
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>		
<b>Equipamentos Culturais</b>		X	O Centro Histórico de maneira ampla consegue atender bem aos moradores, através dos diversos equipamentos culturais instalados na área. A Ocupação MDMT, localizado no Casarão nº 18, na Ladeira da Praça, é um exemplo onde ocorre cursos de capacitação e atividades culturais voltados para moradores do Centro e público externo.	Equipe RAU+E

A partir deste diagnóstico técnico-participativo é possível identificar que os setores mais deficientes na área de estudo estão presentes na escala ambiental, sendo estes: moradias economicamente viáveis; acessibilidade; coleta seletiva; reciclagem; vegetação; implantação de tecnologias sustentáveis e conforto térmico ambiental. Na escala social, os itens educação e lazer necessitam de maior atenção, assim como na escala econômica, em relação a inserção de pequenos comércios locais, voltados a atender aos moradores da área e não somente ao turismo.

#### 5.4.7. Análise Urbana Específica e Proposições

Nesta seção serão apresentados os aprofundamentos a partir da escala ambiental, condensando os itens identificados no diagnóstico técnico participativo em quatro setores: vegetação, resíduos sólidos, habitação e mobilidade urbana. Os estudos irão demonstrar a partir de tais setores, seus impactos ambientais e socioeconômicos, assim como, elencarão diretrizes e proposições a fim de contribuir para o equilíbrio do panorama urbano. As demais escalas, social e econômica mencionadas no diagnóstico técnico participativo, não serão aprofundadas nesta seção.



# ANÁLISE URBANA ESPECÍFICA

SETOR: VEGETAÇÃO

Região: CHS E ZEIS nº163/CHS

## DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

- VERDE DISPONÍVEL NO CHS: 3,02%
  - ÁREA VERDE: 11.726,84 m<sup>2</sup> (2009)
  - VERDE/HAB: 5.21M<sup>2</sup>/HAB
- Fonte: INFORMS, 2016
- TERRITÓRIO ÁRIDO
- MÍN. RECOMENDÁVEL VERDE/HAB: 15M<sup>2</sup>/HAB (SBAU)\*

## IMPACTOS AMBIENTAIS

- Influência no Microclima - Aumento da temperatura do ar / Sensação térmica mais quente;
- Aumento do consumo dos recursos naturais para contornar o desequilíbrio ambiental;

## DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

- Os moradores do CHS são economicamente vulneráveis (0-3 salários mínimos / Baixa renda);
- A informalidade do uso de recursos, como água e energia já é freqüente na área, não sendo possível medir o consumo de alguns moradores atualmente (2018);
- Os moradores carecem de formas de subsistência no território. A implantação de uma horta comunitária poderá ser uma forma de dar apoio a essa instância.


## IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS


- A aridez da área significa maior consumo de água e energia para contornar o desequilíbrio ambiental, através da aquisição de dispositivos condicionadores de ar, a exemplo de ventiladores ou ar condicionados;
- Na medida em que o consumo energético cresce, permanecer na área tenderá a aumentar o custo de vida;
- A informalidade no consumo de água e energia poderá ser ainda mais freqüente.


\*SBAU - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA


## EQUILÍBRIO POSSÍVEL

### DE QUE TIPO

 Implantação de Jardins e Canteiros com a finalidade de gerar ambientes mais aprazíveis para os moradores da zona e incentivar o cuidado com o verde;


 Implantação de Hortas Residenciais e Coletivas com a finalidade de sensibilizar a comunidade quanto ao cuidado com pequenos espaços verdes em suas próprias moradias, escolas ou em equipamentos comunitários, como também promover acesso a vegetais, temperos, ervas para chás etc;


 Implantação de Hortas Coletivas Itinerantes com o objetivo de ocupar vazios urbanos verticais de forma temporária, reciclando espaços ociosos, como trechos de paredes sem utilização de algumas ruas, a fim de preenchê-las com paisagismo comestível orgânico, sob cuidado dos moradores e demais atores sociais da região;


 Implantação de Tetos Verdes com a finalidade de reduzir a temperatura interior das moradias e ilhas de calor na área, necessitando avaliação das condições estruturais dos telhados ou lajes.

### ONDE

 JARDINS E CANTEIROS: Podem ser instalados em ruas compartilhadas;

 HORTAS RESIDENCIAIS E COLETIVAS: Podem ser instaladas em paredes privadas ou públicas, quintais, varandas, lajes ou terraços;

 HORTAS COLETIVAS VERTICAIS: Podem ser instaladas em ruas residenciais ou de comércio misto;

 TETOS VERDES: Em habitações com boas condições estruturais, nos telhados ou lajes.

# ANÁLISE URBANA ESPECÍFICA

SETOR: RESÍDUOS SÓLIDOS

Região: ZEIS nº 163/CHS

## DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

- A coleta de resíduos no Centro Histórico ocorre diariamente (LIMPURB, 2018);
- Não há pontos de coleta seletiva na área;
- Materiais com potencial de serem reutilizados e reciclados acabam sendo misturados com os demais resíduos e levados nos caminhões de coleta;
- Apenas moradores que reutilizam e reciclam para gerar renda separam seus resíduos.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

- Uma vez que resíduos com potencial de reciclagem são conduzidos aos aterros sanitários, poderão demorar centenas de anos para serem decompostos pela natureza.

## DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

- Os moradores do CHS são economicamente vulneráveis (0-3 salários mínimos / Baixa renda);
- A área tem vocação para o artesanato e tendência para o uso de materiais recicláveis como base de trabalho;
- Existem moradores na área que reúnem seus resíduos recicláveis e vendem em cooperativas de reciclagem da redondeza;
- Os moradores da área também incrementam sua renda através da venda de alimentos e bebidas, produzidos na suas próprias residências;
- A Cozinha Comunitária do CHS é um possível produtor de resíduos recicláveis e orgânicos, quando em funcionamento.

## IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

- Resíduos que poderiam ser reaproveitados para geração de renda, no momento estão sendo desperdiçados e direcionados para aterros sanitários.

## EQUILÍBRIO POSSÍVEL

### DE QUE TIPO



Educação Ambiental para sensibilização da comunidade e reconhecimento do valor agregado nos resíduos gerados;



Implantação de Pontos de Entrega Voluntária de Material Reciclável (PEV) específico para apoiar a geração de renda da população moradora e fortalecer a economia local (latas de alumínio, garrafas pet, garrafas de vidro e óleo de cozinha) a ser geridos pelos moradores da localidade;



Formação de Grupos de Produção Comunitário de Mobiliários ou Itens Decorativos Sustentáveis, a partir de materiais recicláveis, para potencializar a geração de renda na região e o reaproveitamento máximo de resíduos recicláveis.

### ONDE



EDUCAÇÃO AMBIENTAL:  
Região CHS - inicialmente ZEIS nº163;



PEV ESPECÍFICO PARA GERAÇÃO DE RENDA: Ruas residenciais e zona turística;



GRUPOS DE PRODUÇÃO DE ITENS DECORATIVOS OU MOBILIÁRIOS COM RECICLÁVEIS: Pode ocorrer em espaços comunitários e culturais, a exemplo do casarão nº 18, Ocupação MDMT.

# ANÁLISE URBANA ESPECÍFICA

SETOR: HABITAÇÃO

Região: ZEIS nº 163/CHS

## DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

- Uso de materiais e técnicas convencionais para construção das habitações de interesse social;
- A ventilação indireta por poços em algumas habitações não permitem condições satisfatórias de conforto térmico nos cômodos;
- Necessidade de inserção de tecnologias que reduzam o impacto ambiental da habitação sobre o meio ambiente, contribuindo para redução do consumo de recursos naturais, maior conforto térmico das habitações e redução de ilhas de calor na região.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

- As soluções habitacionais aplicadas na região induz ao consumo de mais recursos naturais para compensar o desconforto térmico existente nesses locais.

## DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO




- Os moradores do CHS são economicamente vulneráveis (0-3 salários mínimos / Baixa renda);

## IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS




- O desconforto térmico habitacional e as condições urbanas da região induz a aquisição de dispositivos condicionadores de ar (ventiladores, umidificadores ou ar condicionados);
- Na medida em que o consumo energético cresce, permanecer na área tenderá a aumentar o custo de vida;
- A informalidade nos consumos passarão a ser ainda mais frequentes.

## EQUILÍBRIO POSSÍVEL

### DE QUE TIPO

-  Inserção de tecnologias redutoras do consumo de água e energia como sistema de captação de águas das chuvas, painéis solares e lâmpadas LED;
-  Implantação de tetos verdes a fim de auxiliar na limpeza do ar, diminuir o volume de água no sistema de captação urbano, combater os fenômenos de aquecimento urbano e ilhas de calor e permitir o isolamento térmico das moradias;
-  Implantação de hortas individuais ou coletivas, verticais ou de chão, para provimento de alimentos orgânicos e incentivo ao cuidado com pequenos espaços verdes.

### ONDE

-  TECNOLOGIAS REDUTORAS DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS: Nas habitações PHIS, PROHABIT e Comércio Mistos;
-  TETOS VERDES: Em habitações com boas condições estruturais nos telhados ou lajes;
-  HORTAS: Podem ser instalados em paredes, quintais, varandas, lajes ou terraços.

# ANÁLISE URBANA ESPECÍFICA

SETOR: MOBILIDADE URBANA

Região: ZEIS nº 163/CHS

## DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

- Os materiais utilizados na pavimentação das ruas, do Centro Histórico são: paralelepípedo, asfalto e concreto;
- Boa parte das vias de pedestre estão mal conservadas. Esta condição oferece insegurança para quem transita por esses espaços, por haverem trechos quebrados ou passeios com dimensões entre 40cm e 50cm;
- Os paralelepípedos em dias de chuvas oferecem risco de acidentes, por não serem antiderrapantes e tornarem-se escorregadios para as pessoas que transitam pelo mesmo;
- As ruas não oferecem acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

## IMPACTOS AMBIENTAIS

- Influência no Microclima - Contribuição para formação de ilhas de calor, uma vez que os materiais utilizados na pavimentação (asfalto nas vias de veículos e concreto nos passeios) passam a absorver mais o calor e permitem pouca infiltração de águas no solo (com exceção do paralelepípedo);
- Aumento do consumo dos recursos naturais para contornar a sensação de desconforto térmico.

## DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO






- Os moradores do CHS são economicamente vulneráveis (0-3 salários mínimos / Baixa renda).

## IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS






- A aridez da área significa maior consumo de água e energia para contornar o desequilíbrio ambiental, através da aquisição de dispositivos condicionadores de ar, a exemplo de ventiladores ou ar condicionados;
- Na medida em que o consumo energético cresce, permanecer na área tenderá a aumentar o custo de vida.

## EQUILÍBRIO POSSÍVEL

### DE QUE TIPO






-  Substituição gradativa da pavimentação das calçadas de concreto por material permeável e antiderrapante;
-  Rebaixamento das calçadas e transformação de alguns trechos em vias compartilhadas (pedestre e veículo no mesmo nível da via), com uso de cores para diferenciação de espaços para pedestre e espaços para veículos;
-  Recuperação dos paralelepípedos degradados;
-  Substituição do asfalto em alguns trechos por paralelepípedos;
-  Redimensionamento das vias de veículos e ampliação do espaço para pedestres de forma a oferecer maior conforto e acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

### ONDE

-  SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS DOS PASSEIOS: Em toda a ZEIS nº 163 / CHS;
-  VIAS COMPARTILHADAS: Rua São Francisco, Rua do Saldanha, Rua do Tijolo, Rua Guedes de Brito, Rua 03 de Maio e Rua da Oração;
-  REQUALIFICAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO DOS PARALELEPÍPEDOS EM ESTADO DE MÁ CONSERVAÇÃO: Rua do Saldanha, Rua da Oração, Rua Guedes de Brito e Rua 03 de maio;
-  SUBSTITUIÇÃO DE ASFALTO POR PARALELEPÍPEDO: Rua São Francisco, Rua do Tijolo e Rua Ruy Barbosa;
-  REDIMENSIONAMENTO DAS VIAS: Em toda a ZEIS nº 163 / CHS.



A fim de sintetizar as proposições contidas nesta seção, foi elaborado um quadro resumo, visto a seguir, com direcionamento aos elementos necessários a consolidação destas. Em complemento, na seção 5.6 estão previstos os subsídios financeiros e apoios para a implementação de tais.

<b>QUADRO RESUMO DAS PROPOSIÇÕES</b>			
<b>Proposição</b>	<b>Ilustração</b>	<b>Diretriz</b>	<b>Necessário para consolidação</b>
<b>Implantação de Hortas Residenciais ou Coletivas</b>		Sensibilizar a população local quanto ao cuidado com pequenos espaços verdes, em suas próprias moradias, escolas ou equipamentos comunitários.	Necessário mobilização social voltada para ações de incentivo ao cultivo de pequenos espaços verdes, em diálogo com moradores e esferas públicas atuantes na área.
<b>Implantação de Sistemas de Captação de Águas das Chuvas</b>		Otimizar o uso de recursos naturais, reduzindo o consumo de água, a fim de prover maior economia financeira para os moradores.	Necessário a identificação das moradias que possuam espaço disponível para a implantação de cisternas de pequeno porte, sob o nível do solo, para a captação das águas das chuvas.
<b>Painel Solar</b>		Reduzir o consumo de energia elétrica, fornecida pela rede pública, buscando otimizar o uso dos recursos naturais, como a energia solar, a fim de prover maior economia financeira para os moradores.	Necessário a identificação das moradias que possuam boa infraestrutura nas coberturas para a implantação dos painéis solares.
<b>Teto Verde</b>		Contribuir para a redução de ilhas de calor no Centro Histórico, melhorando o conforto térmico local, assim como no interior das moradias.	Necessário a identificação das moradias que possuam boa infraestrutura nas coberturas ou terraços para implantação dos tetos verdes.
<b>Requalificação das Ruas Residenciais</b>		Contribuir para a melhoria do espaço urbano, a fim de gerar locais mais agradáveis e agradáveis para o estar, assim como promover maior mobilidade urbana com a requalificação de tais espaços.	Necessário diálogo com as esferas públicas atuantes na área, a fim de apresentar os diagnósticos e proposições contidos neste trabalho.

<p><b>Ponto de Entrega Voluntária de Material Reciclável (PEV) Específico para Geração de Renda</b></p>		<p>Otimizar a coleta de resíduos recicláveis, focando na população recicladora, através da implantação de pontos de coleta específico para apoio a geração de renda, de materiais como: garrafas pets, latas, garrafas de vidro e óleo de cozinha.</p>	<p>Necessário diálogo com as esferas públicas atuantes na área para solicitação da implantação dos PEVs, assim como, com os moradores locais, a fim de organizar a gestão destes equipamentos. É importante que haja ações sociais voltadas a conscientização da população local e turistas quanto ao valor agregado nos resíduos recicláveis.</p>
<p><b>Formação de Grupo de Produção de Itens Decorativos ou Mobiliários com Materiais Recicláveis</b></p>		<p>Capacitar grupos de pessoas para o manuseio de materiais recicláveis para o artesanato, assim como contribuir para o incremento da renda de famílias economicamente vulneráveis.</p>	<p>Necessário a organização dos interessados em participar do grupo de produção, estabelecimento de um local para o funcionamento do mesmo e ações sociais voltadas para a coleta dos recicláveis.</p>
<p><b>Formação de Grupo de Produção de Sabão Artesanal através de Óleo de Cozinha</b></p>		<p>Capacitar grupos de pessoas para o manuseio de óleo de cozinha para a transformação em sabão artesanal, a fim de contribuir para o incremento da renda de famílias economicamente vulneráveis.</p>	<p>Necessário a organização dos interessados em participar do grupo de produção, estabelecimento de um local para o funcionamento do mesmo e ações sociais voltadas a separação de óleos de cozinha por moradores que trabalham no ramo alimentício e estabelecimentos comerciais.</p>

## 5.5. Detalhamento das Proposições

Considerando as análises, diretrizes e proposições anteriormente apresentadas, neste tópico serão demonstrados maiores desdobramentos em três setores: vegetação, resíduos sólidos e mobilidade urbana. O setor habitação estará contido na abordagem dos demais setores, porém algumas proposições que se voltam a este, não serão detalhadas.

No setor resíduos sólidos, a abordagem estará voltada a implantação e gestão dos Pontos de Entrega Voluntária de Material Reciclável (PEV). No setor vegetação, a abordagem se voltará para propostas relacionadas ao cultivo e implantação de pequenos espaços verdes no Centro Histórico, trazendo alternativas para as áreas residenciais e públicas. Por último, no setor mobilidade urbana, tratará sobre a requalificação dos espaços urbanos, promovendo maior acessibilidade, com atenção a soluções que gerem maior conforto e menor impacto ambiental.

# PROPOSTA URBANA

PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE MATERIAL RECICLÁVEL VOLTADO PARA APOIO A GERAÇÃO DE RENDA DA POPULAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR/BA



Protótipo do Ponto de Entrega Voluntária de Material Reciclável específico para a população local (latinha, garrafa pet, garrafa de vidro e óleo de cozinha) Fonte: Elaborado pela autora

## GESTÃO COMUNITÁRIA DOS PEVs

Os Pontos de Entrega Voluntária de Material Reciclável poderão ser geridos por membros da própria comunidade, principalmente por aqueles que reciclam tais materiais.

Uma vez implantados os PEVs é necessário que haja mobilização social, para informar aos moradores locais, a importância de separar seus resíduos e depositarem nestes pontos de coleta, a fim de facilitar o trabalho dos moradores recicladores.

Associações e ONGs poderão dar apoio as ações. Os Comércios locais também poderão ser bons parceiros, principalmente aqueles do ramo alimentício, uma vez que geram volumes consideráveis de resíduos recicláveis.



Fonte: Elaborado pela autora



### Características do PEV (Protótipo)

Material: Pallet e Plástico  
Dimensões 2.00 x 0.60m  
Altura: 1.50m

## ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

- 1ª fase ● Mobilização Social
- 2ª fase ● Trabalho de Educação Ambiental voltado para a comunidade local, comerciantes e turistas
- 3ª fase ● Implantação dos PEVs
- 4ª fase ● Monitoramento das ações locais pelos gestores comunitários

## objetivos:

Fortalecer a economia local e incentivar a maior coesão social;

Facilitar a coleta de materiais recicláveis por moradores que utilizam tais como base para gerar renda;

Conscientizar moradores, trabalhadores locais, visitantes e turistas sobre o valor que representa os resíduos recicláveis para a economia da região CHS;

Reduzir o número de materiais recicláveis direcionados para aterros sanitários;

Incentivar a gestão de resíduos pela própria comunidade;

Tornar a ação aplicável em realidades semelhantes.

## PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA: CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

É importante que o Ponto de Entrega Voluntária (PEV) seja uma ferramenta informativa para a população de moradores, trabalhadores locais, visitantes e turistas sobre a importância do descarte adequado dos seus resíduos e sobre como a destinação correta gerará impacto positivo no meio ambiente, assim como, na renda das famílias que moram na região.

O PEV poderá conter locais para abrigar cartilhas informativas que poderão indicar como os produtos recicláveis são utilizados pela comunidade. O Ponto de Entrega Voluntária poderá conter mensagens que incentivem a coleta e o depósito dos materiais no mesmo.

## A LOCALIZAÇÃO INICIAL DOS PONTOS

Atualmente, as ruas elegíveis nesta zona para a implantação dos PEVs são:

- Ruas compartilhadas (passeio e via de veículos no mesmo nível);
- Ruas com passeios largos;
- Praças.



Fonte: Google Earth editado pela autora

## MAPA DA POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR/BA.

### LEGENDA

- Poligonal da Zona Especial de Interesse Social nº 163
- Ponto de Entrega Voluntária de Material Reciclável



Elaborado por Kézia Damazio Neves  
Residente do Curso de Especialização em Assistência Técnica e Direito à Cidade - UFBA





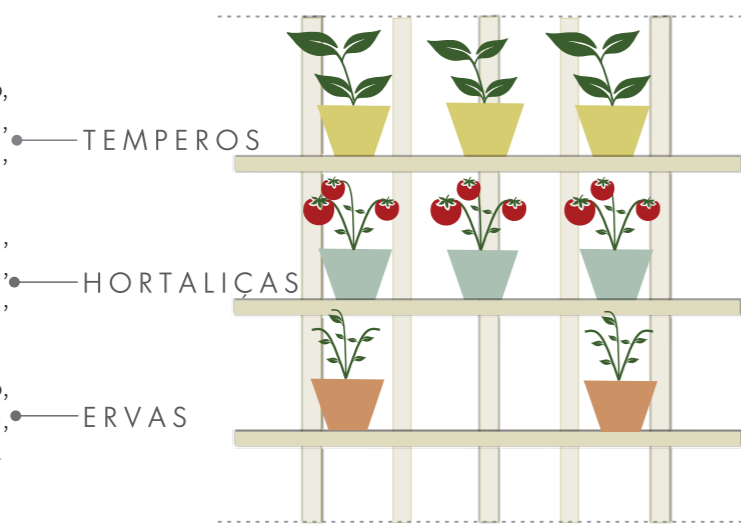
# PROPOSTA URBANA

## COLETIVO VERDE: IMPLANTAÇÃO DE HORTAS RESIDENCIAIS E COLETIVAS

Orégano, manjericão, salsinha, cebolinha, alecrim, hortelã, dentre outros.

Tomate cereja, pimentas, alface, rúcula, gengibre, dentre outros

Boldo, capim santo, cidreira, camomila, alecrim, dentre outros.



H  
O  
R  
T  
A  
  
V  
E  
R  
T  
I  
C  
A  
L

exemplos



Horta vertical utilizando latas de alumínio



Horta vertical utilizando potes de vidro

### HORTAS RESIDENCIAIS E COLETIVAS

A proposta visa promover acesso a agricultura urbana no Centro Histórico de Salvador, em pequena escala, através do cultivo de hortaliças orgânicas e ervas medicinais nas moradias e em espaços coletivos, como em escolas, equipamentos comunitários e em espaços ociosos nas ruas. O intuito é incentivar o cuidado e preservação desses micro espaços na cidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável do território. As hortas poderão ser confeccionadas com materiais de baixo custo, como recicláveis e nas mesmas podem ser cultivados vegetais, frutas, temperos, ervas para chás e demais. Nas moradias, as hortas podem ser instaladas em paredes, quintais, varandas, lajes ou terraços.



### objetivos da proposta:

Sensibilizar a população local quanto ao cuidado com pequenos espaços verdes;

Ocupar possíveis vazios urbanos verticais temporariamente para a instalação de hortas coletivas com cuidado compartilhado;

Realizar parcerias com projetos similares e atores sociais do eixo ambiental, a fim de que possam fornecer consultoria e suporte técnico para implantação da ação na região;

Incentivar o aproveitamento de resíduos orgânicos para adubo nas hortas e de resíduos sólidos recicláveis para a construção das mesmas.

## ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

- 1ª fase ● Mobilização Social
- 2ª fase ● Trabalho de Educação Ambiental voltado para a comunidade local, comerciantes e turistas
- 3ª fase ● Inscrição dos Interessados em receber hortas em suas moradias
- 3ª fase ● Inscrição dos Interessados em participar da gestão das hortas coletivas
- 4ª fase ● Avaliação residencial dos locais apropriados para implantação e materiais adequados
- 5ª fase ● Oficina de construção das hortas residenciais e coletivas com participação local
- 6ª fase ● Instalação das hortas residenciais e coletivas
- 7ª fase ● Avaliação das hortas instaladas

## CARACTERÍSTICAS DAS HORTAS

### USO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DE BAIXO CUSTO:

A ideia é utilizar para a construção das hortas, materiais que os moradores já possam ter em suas moradias ou de fácil aquisição, a exemplos de materiais recicláveis como latas de alumínio, garrafas pets, potes de vidro ou de plástico, caixotes de feira, pallets, pneus, dentre outros materiais.



Horta de chão utilizando caixotes de feira



Horta de chão utilizando pallets

## HORTA DE CHÃO

Elaborado por Kézia Damazio Neves  
Residente do Curso de Especialização em Assistência Técnica e Direito à Cidade - UFBA



## HORTAS COLETIVAS ITINERANTES

Uma Horta Coletiva Itinerante é uma micro intervenção de baixo impacto, com o objetivo de ocupar vazios urbanos verticais temporariamente, reciclando espaços ociosos, como trechos de paredes sem utilização de algumas ruas, a fim de preenchê-las com paisagismo comestível, a exemplo de frutas, vegetais, ervas para chás e etc.

A horta passa a ser itinerante (móvel) no momento em que no espaço instalado, já não se permite mais a utilização do local, ou por algum motivo, a população não aderiu a ideia deste espaço em sua rua. Assim, a horta passa a ser instalada em outro local em potencial.

A ideia para a concepção deste tipo de horta, parte da constatação de que na Zona Especial de Interesse Social nº 163, há poucas áreas livres urbanas para a instalação de uma horta convencional, carece de espaços verdes, possui uma população economicamente vulnerável e boa parte trabalha em suas próprias residências com o comércio de alimentos para a sua subsistência.

### A LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS COLETIVAS ITINERANTES

Atualmente, as ruas possíveis para a implantação das Hortas Coletivas são: Rua Guedes de Brito, Rua da Oração, Rua O3 de maio e Rua do Bispo.



Fonte: Google Earth

## MAPA DA POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS COLETIVAS ITINERANTES - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR/BA.

### LEGENDA

- Poligonal da Zona Especial de Interesse Social nº 163
- Horta Coletiva Itinerante





## 5.6. Subsídios Financeiros para Implantação das Proposições

Para a consolidação das proposições, abaixo encontra-se o levantamento das principais fontes de financiamento por temática, valores financiados, tipo de organizações habilitadas para a execução e prazos. Todos os tipos de financiamento elencados são da categoria “não reembolsáveis”, ou seja, são recursos que não necessitam serem devolvidos a entidade financiadora. Porém, há prestação de contas em relação a como os recursos foram gastos.

SUBSÍDIOS FINANCEIROS										
	TIPO	FONTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO	LINK	VALOR FINANCIADO	DATA LIMITE	EXECUTOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	PROPOSTA A SER FINANCIADA	OBS. GERAIS
NACIONAL	Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Bio Consciência da Fundação Banco do Brasil (FBB)	Concede financiamento a fundo perdido a projetos que visem práticas ambientais de racionalização do uso e reutilização de recursos naturais, que contribuam para a redução dos problemas ambientais. Temáticas: a) manejo de resíduos sólidos; b) poluição de mananciais; c) escassez de água potável; d) gestão de recursos hídricos; e) racionalização do consumo.	<a href="https://fb.org.br/pt-br/">https://fb.org.br/pt-br/</a>	a ser discriminado no edital	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	a ser discriminado no projeto	Tecnologias Sustentáveis (painel solar, sistema de captação de águas pluviais e etc); Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	As chamadas são anuais.
	Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Consulado Geral do Japão	Aceita projetos com atuação no atendimento às necessidades humanas básicas, principalmente nas áreas de assistência social: Saúde básica;	<a href="https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/apoio/apc1.htm">https://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/apoio/apc1.htm</a>	R\$ 300.000,00	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Governos locais, Entidades Educacionais, de Saúde e Organizações Não Governamentais	a ser discriminado no projeto	Tecnologias Sustentáveis (painel solar, sistema de captação de águas pluviais e etc); Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo	Estão qualificadas as entidades que desenvolvam atividades de desenvolvi

		Educação básica; Bem-Estar público e Meio Ambiente.				tais sem fins lucrativos		de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	mento socioeconômico junto à comunidade.
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	CESE Coordenadoria Ecumênica de Serviço	Apoia projetos nas áreas de: Direitos Humanos, Fortalecimento Institucional, Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde Popular, Articulação Ecumênica, Comunicação, Cultura e Meio Ambiente.	<a href="http://www.cese.org.br/programas/programas-de-pequenos-projetos/">http://www.cese.org.br/programas/programas-de-pequenos-projetos/</a>	R\$ 7.000,00	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos, Associação de Moradores e Movimentos Sociais	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	Projetos enviados entre os meses de dezembro e janeiro podem levar um maior tempo para análise e aprovação.
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Fundo Socioambiental CASA	Financia pequenos projetos e fortalecimento de capacidades para iniciativas socioambientais de ONGs e grupos comunitários na América do Sul.	<a href="http://www.casa.org.br">http://www.casa.org.br</a>	R\$ 30.000,00	Abertura anual de Edital	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos, Associação de Moradores e Movimentos Sociais	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Instituto Ecofuturo	Projetos apoiados: a) atividades que gerem emprego local; b) atividades que promovam a rápida capacitação e treinamento profissional; c) prática local da reciclagem; d) cultura; e) educação; f) meio ambiente; g) desenvolvimento sustentável.	<a href="http://www.ecofuturo.org.br/">http://www.ecofuturo.org.br/</a>	a ser discriminado no edital	Entrar em contato direto por e-mail: <a href="mailto:ecofuturo@ecofuturo.org.br">ecofuturo@ecofuturo.org.br</a>	Centros de Pesquisa, Universidades, Organizações Ambientalistas, Sindicatos, Federações, Associações, além de Órgãos Públicos e Privados.	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	

Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Instituto Holcim	Financia projetos sociais que visem desenvolvimento econômico, social e ambiental para comunidades carentes, melhorando sua qualidade de vida. Centraliza todos os investimentos da empresa nas áreas de: a) educação; b) meio ambiente; c) desenvolvimento sociocultural.	<a href="http://www.institutoholcim.org/">http://www.institutoholcim.org/</a>	a ser discriminado no edital	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Trabalha em parceria com Organizações Ambientistas e da Sociedade Civil, beneficiando a população em geral.	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	Instruções para a elaboração de cartas-consulta encontram-se disponíveis na internet.
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Cáritas Brasileira	A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.	<a href="http://caritas.org.br/">http://caritas.org.br/</a>	R\$ 70.000,00	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Programa Petrobrás Socioambiental	Financia projetos que tratam de forma integrada a dimensão social e a questão ambiental, aliando crescimento à promoção do desenvolvimento sustentável.	<a href="http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre">http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre</a>	R\$ 500.000,00	Abertura anual de Edital	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	

	Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Unibanco	Financia projetos de pequeno porte, com foco ambiental e comunitário. Áreas temáticas: a) recuperação do meio ambiente; b) educação ambiental; c) coleta seletiva de lixo.	<a href="https://www.unibanco.pt/">https://www.unibanco.pt/</a>	R\$ 100.000,00	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	1 ano	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	Projetos podem ser apresentados durante todo o ano, por e-mail, correio ou nas agências Unibanco. Formulário específico encontra-se disponível na internet.
	Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Itaú Programa Ecomudança	Financia projetos inovadores, de impacto positivo e transformador nas modalidades energia renovável, manejo de resíduos, florestas e agricultura sustentável.	<a href="https://www.itaubrasil.com.br/sustentabilidade/ri-scops-e-oportunidades-socioambientais/ecomudanca/">https://www.itaubrasil.com.br/sustentabilidade/ri-scops-e-oportunidades-socioambientais/ecomudanca/</a>	a ser discriminado no edital	Abertura anual de Edital	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos, Associação de moradores e Movimentos Sociais	a ser discriminado no projeto	Tecnologias Sustentáveis (painel solar, sistema de captação de águas pluviais e etc); Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	
<b>INTERNACIONAL</b>	Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Coca Cola Foundation	Financia projetos dentro das temáticas de gestão hídrica, bem-estar humano, reciclagem comunitária e educação.	<a href="http://www.cocacola.com/our-company/community-requests-guidelines-application">http://www.cocacola.com/our-company/community-requests-guidelines-application</a>	a ser discriminado no projeto	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	

Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Inter-American Foundation	Financia projetos voltados a melhoria das condições de vida de populações marginalizadas através de soluções inovadoras, visando o desenvolvimento sustentável.	<a href="http://www.iaf.gov/apply-for-grants/all-for-proposals">http://www.iaf.gov/apply-for-grants/all-for-proposals</a>	Maior que R\$ 85.000,00 e menor que R\$ 1.400.000,00	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos e Grupos Comunitários	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	Candidaturas em espanhol, português, inglês, francês ou crioulo haitiano são aceitas durante todo o ano.
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Embaixada da Austrália	O objetivo do programa é auxiliar iniciativas locais de desenvolvimento, abordar a situação humanitária nos países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, cumprir os objetivos da Austrália de diplomacia pública e de relações internacionais.	<a href="https://brasil.embassy.gov.au/brasportuguese/Development_cooperat.html">https://brasil.embassy.gov.au/brasportuguese/Development_cooperat.html</a>	a ser discriminado no edital	Abertura semestral de Edital	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	O apoio é concedido, preferencialmente, a entidades já estabelecidas e que podem documentar uma história de atividade social na localidade do projeto.
Recursos financeiros, não reembolsáveis,	Embaixada Britânica	Financia projetos que promovam o desenvolvimento e o bem-estar social nas camadas mais necessitadas da população e apresentem autossustentabilidade, após o fim do apoio financeiro: a) direitos humanos principalmente relacionados a crianças de rua; b) saúde comunitária e	<a href="http://www.reinounido.org.br">www.reinounido.org.br</a>	R\$ 100.000,00	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	1 ano	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental.	Normalmente, os projetos têm um ano de duração e em caso excepcionais o apoio poderá ser mais longo. É desejável o envolvimento máximo da comunidade local no projeto.

			planejamento familiar; c) desenvolvimento sustentável; d) questões indígenas.							
	Recursos financeiros, não reembolsáveis,	The Pollination Project	O Projeto "The Pollination" é uma iniciativa que oferece apoio financeiro a projetos em estágios iniciais que necessitam de uma pequena quantidade de dinheiro para solucionar problemas e fomentar o crescimento.	<a href="https://thepollinationproject.org/">https://thepollinationproject.org/</a>	R\$15.750,00.	Pode ser aplicado em qualquer tempo	Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos	a ser discriminado no projeto	Apoio a formação de grupo de produção de itens decorativos ou mobiliários com materiais recicláveis; Apoio a formação de grupo de produção de sabão artesanal com óleo de cozinha; Apoio a trabalho de educação ambiental e implantação de hortas individuais ou coletivas.	É possível obter financiamento inicial de até US\$ 1.000,00. Os beneficiários bem-sucedidos tornam-se elegíveis para subsídios de impacto maiores de até US\$ 5.000,00 e outros apoios.



## 6. Viabilidade institucional, econômica e financeira

### 6.1. Possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas

Abaixo se encontram elencados os possíveis parceiros para a implementação das proposições emergentes deste trabalho.

- A. Prefeitura de Salvador - Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação de Salvador (SECIS) / Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF): Uma vez que as propostas emergentes deste trabalho se alinham com os objetivos propostos nos programas vigentes voltados ao desenvolvimento sustentável da cidade de Salvador, é possível que tais órgãos possam apreciar as propostas com vistas a inclusão no quadro de ações do município.
- B. Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS): Por estar a frente das ações voltadas a requalificação urbana do Centro Histórico de Salvador, com abertura de licitações e ações sociais, há a possibilidade da inclusão das propostas emergentes deste trabalho no quadro de ações voltadas a área.
- C. Conselho Comunitário Social e de Segurança Pública do Centro Histórico de Salvador (CONSEG): Esta entidade tem qualificação para executar ou auxiliar na execução das propostas emergentes deste trabalho.
- D. Organizações Não Governamentais: As Ongs que atuam na região Centro Histórico, uma vez que se alinham aos objetivos propostos neste trabalho, tornam-se possíveis executores.
- E. Associação de Moradores: Organizações da sociedade civil com CNPJ habilitado podem ser possíveis executores das propostas emergentes deste trabalho.
- F. Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB): A parceria com esta entidade poderá dar apoio as atividades sociais relacionadas a educação ambiental, mobilização social para incentivo a coleta, separação e reaproveitamento de materiais recicláveis.
- G. Cooperativas de Reciclagem do CHS e entorno: Poderão dar apoio, no que se refere a capacitação dos grupos de produção de itens decorativos ou mobiliários a partir de materiais recicláveis, assim como formas de reaproveitar tais para geração de renda (ver anexo 01).

## 7. Cronograma Previsto

Estima-se que o tempo para desenvolvimento do projeto executivo das proposições emergentes deste trabalho seja de 6 (seis) meses, conforme cronograma a seguir:

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
		1	2	3	4	5	6
<b>ETAPA 1</b>							
<i>1- Plano de Trabalho e Metodologia de Participação Social</i>	Prazo em dias	0	30				
<b>ETAPA 2</b>							

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
		1	2	3	4	5	6
2- Cadastros sociais (moradores e apoios) e físicos ( locais de implantação das propostas)	Prazo em dias	0	30	60			
		████████████████████					
<b>ETAPA 3</b>							
3- Consulta aos Órgãos Públicos	Prazo em dias			60	120		
				████████████████████			
4- Complementação de informações e avaliações	Prazo em dias			60		150	
				████████████████████			
5- Consultorias complementares.	Prazo em dias			60			180
				████████████████████			
6- Elaboração de projeto executivo	Prazo em dias			60			180
				████████████████████			

## 8. Equipe Técnica e Orçamento Previsto

Os valores previstos para a remuneração do profissional arquiteto, assistente social e engenheiro civil, estão de acordo com o piso salarial determinado por cada conselho.

- Arquiteto e Urbanista R\$ 8.109,00 (Base salarial para 40h semanais)
- Assistente Social R\$ R\$ 2.766,16 (Base salarial para 33h semanais)
- Engenheiro Civil R\$ 3.868,50 (Base salarial para 20h semanais)

Despesas com Contratação Profissional para 6 meses						
Função	Nível	Experiência	Tempo	Quantid.	Horas semanais	Valor previsto
Arquiteto e Urbanista	Pleno	Elaboração de estudos e planos urbanísticos, conservação ambiental e de desenvolvimento urbano – projetos urbanísticos, planos e projetos relacionados à habitação de interesse social.	> 5 (cinco) anos.	1	40h	R\$ 48.654,00

Assistente Social	Pleno	Participação de planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária.	> 5 (cinco) anos.	1	33h	R\$ 16.596,96
Equipe técnica de Engenharia para trabalho de campo	Pleno	Realização de levantamentos de campo.	> 5 (cinco) anos.	1	20h	R\$ 23.211,00
						<b>R\$ 88.461,96</b>

<b>Despesas Gerais para 6 meses</b>		
<b>ITEM</b>	<b>VALOR UN</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Aluguel de Espaço Físico Mobiliado	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
Equipamentos - notebooks, impressora, telefone		R\$ 10.000,00
Telefonia e Internet	R\$ 150,00	R\$ 900,00
Papelaria	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00
Reserva para gastos adicionais		R\$ 2.000,00
		<b>R\$ 20.100,00</b>

### **Orçamento Previsto**

A previsão de custos para o desenvolvimento deste trabalho, na forma de projeto executivo é de **R\$ 108.561,96** conforme valor estimado nas tabelas. Demais custos poderão ser financiados através das fontes mencionadas no item 5.6.

## 9. Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, HENRI. **Discursos da Sustentabilidade Urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, núm. 1, maio, 1999, pp. 79-90.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Salvador. 2010.
- BAHIA, CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Centro Antigo de Salvador; Plano de Reabilitação Participativo: Avanços**. 1.ed. Salvador. 2014.
- BAHIA. Governo do Estado. **Caracterização Físico-Territorial e Urbanística - Relatório da 1ª Etapa**. Projeto: Reabilitação Sustentável do Centro Antigo De Salvador, 2009. Elaborado por GORDILHO-SOUZA, Angela.
- BAHIA. Governo do Estado. **Relatório de Propostas para Sustentabilidade Ambiental do Pelourinho**, 2008. Elaborado por DORIA, Eduardo; GOMES, Sérgio.
- BAHIA. Prefeitura Municipal de Salvador. **Lei nº 9.069 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU. 2016**.
- BRASIL. Ministério das Cidades / Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. **Manual de Reabilitação Áreas Urbanas Centrais**. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 10.257 - Estatuto da Cidade**. 2001.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BAHIA. CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador)**. 5ª ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.
- FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. Et al. **Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador. Avaliação da Implementação do TAC da 7ª Etapa**. Faculdade de Arquitetura–UFBA. Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador – AMACH.2017.
- FREITAS, Lara Cristina Batista. **Análise de assentamentos humanos sustentáveis: experiências relevantes de ecobairros e ecovilas**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

REIS, Lysie dos. **Centros históricos: patrimônio de quem?** Anais Eletrônicos do II Encontro Estadual de História da ANPUH-BA, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, v.1, n.1, 2004.

Rocha, Heliana Faria Mettig. **O lugar das práticas comunitárias emergentes: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. 2017.

SANTOS, Sidney Kelly. **Condições de ambiência urbana: relação com a qualidade de vida e a sustentabilidade.** 135 p. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, São João da Boa Vista, 2016.

São Paulo (Estado) Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Habitação Sustentável.** Tajiri, Christiane, Aparecida Hatsumi; Cavalcanti, Denize Coelho; Potenza, João Luiz. – São Paulo: SMA/CPLA, 2011.

TEIXEIRA, Aparecida Netto. **ZEIS em Áreas Centrais: O Caso do Centro Histórico de Salvador (CHS).** Salvador. 2012

VIVENDA - Consultoria, Assessoria e Planejamento. Prefeitura Municipal de Salvador. Aliança de Cidades. **Projeto Regulamentação da ZEIS no. 114 (Centro Histórico de Salvador).** Salvador. 2010/2013.

<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/51804-salvador-360-ja-entregou-mais-de-100-acoes-em-menos-de-um-ano>  
Acesso em 25 Junho. De 2018

<http://classepolitica.com.br/2017/08/21/salvador-360-prefeitura-lanca-maior-programa-para-desenvolvimento-do-centro-historico/>  
Acesso em 25 Junho. De 2018

<https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/921/9215/lei-ordinaria-n-9215-2017-institui-o-programa-de-incentivo-a-restauracao-e-recuperacao-de-imoveis-do-centro-antigo-de-salvador-programa-revitalizar-e-da-outras-providencias>  
Acesso em 25 Junho. De 2018

<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/51848-prefeitura-firma-acordo-para-regulamentar-area-de-protecao-do-centro-historico> acesso em:  
Acesso em 20 Maio. De 2018

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2016/10/19/-projeto-de-revitaliza-o-do-centro-antigo-de-salvador-promove-o-desenvolvimento-sustent-vel-local.html>  
Acesso em 19 Outubro. De 2018

## 10. Anexos

### Anexo 01 – Mapa de Localização das Cooperativas de Reciclagem em Salvador/Ba.



Fonte: Limpurb

Atualmente foram cadastradas na LIMPURB, 17 cooperativas.

Disponível em: <http://www.limpurb.salvador.ba.gov.br/index.php/servicos/cadastramento-e-suporte-a-cooperativas>